



SPMS^{EPE}

Serviços Partilhados do Ministério da Saúde

CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

SEGUNDO TRIMESTRE DE 2024

1. INTRODUÇÃO

A SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde foi criada através do Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de março e rege-se pelos Estatutos aprovados pelo mesmo Decreto-Lei, na sua atual redação, pelo Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (RJSE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na sua atual redação, bem como por todas as normas que por força da sua natureza jurídica, lhe sejam aplicáveis.

2. ENQUADRAMENTO

O presente relatório visa dar cumprimento ao previsto na alínea i) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, bem como ao disposto no n.º 4 do artigo 15.º dos Estatutos da SPMS, nos termos do qual o Conselho Fiscal emite, *“Com base nos relatórios trimestrais elaborados pelo Conselho de Administração (...), um relatório sucinto que reflita os controlos efetuados e as eventuais anomalias detetadas, bem como os eventuais desvios verificados em relação aos orçamentos e a identificação das respetivas causas ...”*.

A SPMS apresentou ao Conselho Fiscal o Relatório de Execução Orçamental referente ao 2.º trimestre de 2024, aprovado pelo Conselho de Administração, que visa dar cumprimento à obrigação prevista no n.º 4 do artigo 15.º dos Estatutos da SPMS.

O relatório de execução orçamental em análise foi objeto de apreciação pelo Revisor Oficial de Contas, que emitiu o seu Relatório em 26-08-2024, que se anexa e faz parte integrante deste documento.

Na presente data, o Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para 2024, que serve de base ao controlo orçamental referido neste Relatório, encontra-se aprovado pelo acionista por despacho n.º 172/2024-SET, de 08-03-2024.

A atividade desenvolvida pela SPMS no exercício de 2023 tem como principais referenciais de gestão a atividade planeada em sede de Plano de Atividade e Orçamento (PAO), assim como a contratualizada em sede de Contrato-Programa.

Foi ainda analisada a evolução do prazo médio de pagamentos, determinado de acordo com o definido na RCM n.º 34/2008, de 14 de fevereiro, bem como o cumprimento do Princípio da Unidade de Tesouraria, de acordo com o disposto no artigo 91.º do Decreto-Lei n.º 10/2023, de 8 de fevereiro¹.

¹ Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2023.



CONSELHO FISCAL

O presente relatório é entregue ao Conselho de Administração para que seja enviado aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da saúde, conforme referido no mencionado n.º 4 do artigo 15.º dos Estatutos.

3. ANÁLISE DA EXECUÇÃO DO TRIMESTRE

3.1. Execução Orçamental

A execução orçamental da receita até ao final do segundo trimestre de 2024, apresentada no quadro infra, evidencia um montante global cobrado de cerca de 42,1 milhões de euros, salientando a Sociedade que o saldo de gerência anterior (cerca de 12,2 milhões de euros) não está incluído, com o qual resultaria numa receita cobrada no trimestre de 54,3 milhões de euros:

Quadro 1 – Síntese da execução orçamental da receita

Un: euros

Designação da F.F.	Dotação corrigida anual	Receita cobrada no 2.ºT2024	Execução no período (%)	Receita cobrada no 2.ºT2023	Δ 2024/2023 (%)
3.1.9-Transferências correntes	70 574 749	24 007 317	34,0%	12 933 233	85,6%
3.1.9-Microsoft (Sentença judicial)				4 000 000	-100,0%
3.1.9-Reposições não abatidas aos pagamentos	651	650	99,9%	19 122	-96,6%
4.1.1-Projetos SAMA FEDER	117 384	0	0,0%	12 079	-100,0%
4.4.1-Projetos SAMA FSE	78 647	0	0,0%	120 916	-100,0%
4.8.2-3-4-Projetos diretamente financiados pela EU	338 443 005	17 255 627	5,1%	10 166 685	69,7%
5.1.1-Contrato Programa com a ACSS	31 000 000		0,0%	7 470 019	-100,0%
5.1.1-Reposições não abatidas aos pagamentos	98 407	98 406	100,0%		
5.1.3-Faturação SNS/Outras entidades	4 373 334	698 450	16,0%	731 700	-4,5%
5.4.1-Transferências correntes - Proj. diretamente fina	24 000		0,0%	40 200	-100,0%
5.1.3-Venda de bens de investimento	5 294	5 294	100,0%	2 656	99,3%
Total de receitas correntes	444 715 471	42 065 744	9,5%	35 496 610	18,5%
Saldo de Gerência		12 218 942	-	2 535 178	382,0%
Total	444 715 471	54 284 686	12%	38 031 788	42,7%

Da análise do quadro supra, importa salientar o seguinte:

- A taxa de execução da receita (9,5%), sem o saldo transitado, situou-se abaixo da prevista para o período, devido essencialmente à reduzida taxa de execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), que representa 74% da previsão de receitas anuais e à falta de execução do Contrato Programa com a ACSS no primeiro semestre de 2024, referindo a sociedade que prevê a regularização desta última situação no terceiro trimestre do corrente ano.
- Das receitas cobradas, cerca de 57,07% correspondeu a transferências correntes, 41,02% teve origem em projetos diretamente financiados pela EU e 1,66% resultou da faturação apresentada ao SNS e a outras entidades.
- Por comparação com o período homólogo do ano anterior, verifica-se um aumento do valor da receita cobrada em cerca de 18,5% decorrente essencialmente das transferências correntes e das receitas no âmbito dos projetos diretamente financiados pela EU.



CONSELHO FISCAL

No que se refere à **despesa**, com uma dotação corrigida anual de 444,7 M€, a respetiva execução até ao final do segundo trimestre totalizou 7,7%, correspondendo a cerca de 34,1 M€ de despesa paga, conforme se detalha no quadro seguinte:

Quadro 2 – Síntese da execução orçamental da despesa

Un: euros

Designação	Dotação corrigida anual	Cativação	Dotação disponível anual	Despesa paga no 2.ºT2024	Execução no período (%)	Despesa paga no 2.ºT2023	Δ 2024/2023 (%)
01-Despesas com pessoal	16 497 773		16 497 773	7 565 155	45,9%	6 301 433	20,1%
02-Aquisições de bens e serviços	308 956 063		308 956 063	15 750 262	5,1%	14 643 754	7,6%
03-Outros juros	5 600		5 600	5 538	98,9%	363	1425,6%
06-Outras despesas correntes	1 272 139	884 333	387 806	287 726	74,2%	1 505 665	-80,9%
Total de despesas correntes (A)	326 731 575	884 333	325 847 242	23 608 681	7,2%	22 451 215	5,2%
07-Aquisição de bens de capital	117 983 896		117 983 896	10 481 496	8,9%	1 465 860	615,0%
Total de despesas de capital (B)	117 983 896		117 983 896	10 481 496	8,9%	1 465 860	615,0%
Total (A)+(B)	444 715 471	884 333	443 831 138	34 090 177	7,7%	23 917 075	42,5%

Neste âmbito evidencia-se, em particular:

- A despesa executada circunscreveu-se apenas a 34,1 M€ (7,7% da dotação disponível anual);
- O baixo grau de execução da despesa que é explicado pelo Conselho de Administração pela fraca execução do Plano de Recuperação e Resiliência, em consonância com o grau de execução verificado quer em 2023, quer nos anos anteriores;
- A execução da rubrica “Despesas com pessoal” representou neste período 45,9% do total desta rubrica e 22,2% do total da despesa paga durante o primeiro semestre de 2024, registando, comparativamente ao período análogo um aumento de 20,1%;
- A aquisição de bens e serviços representa 46,2% da despesa paga no período em análise, tendo-se verificado um aumento face ao período homólogo de 2023, em cerca de 7,6%;
- Apesar de um aumento substancial na despesa de capital relativamente ao valor verificado no período análogo de 2023 em 615%, continua a verificar-se uma fraca execução da rubrica aquisição de bens de capital que ascendeu apenas a 8,9% da dotação disponível anual;
- O valor da despesa paga até ao final do 2º trimestre de 2024 foi superior em 42,5% à despesa paga em igual período de 2023, devido essencialmente ao aumento do investimento no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência.

Os mapas de execução orçamental da despesa evidenciam ainda que a SPMS, no segundo semestre de 2024, assumiu compromissos no valor de 138,7 M€, ou seja, 31,2 % da dotação anual disponível de 443,8 M€. Saliente-se que das dotações não comprometidas no final do período em causa, no valor de 305,2 M€, 73,1% reportam a despesas previstas ao abrigo da rubrica 4.8.3 (Projetos diretamente financiados pela EU), verificando-se que à mesma data, da dotação disponível referente a despesas com pessoal, já se encontrava comprometida mais de 51%, salientando-se que relativamente às dotações inscritas a este título na rubrica 3.1.9, cerca de 93,6% já se encontrava comprometida.

**CONSELHO FISCAL****3.2. Execução económica e financeira**

A execução das principais rubricas de resultados até ao final de junho de 2024, bem como os desvios verificados face ao orçamento e ao período homólogo, resumem-se no quadro seguinte:

Quadro 3 – Evolução das principais rubricas de resultados

Un: euros

Demonstração de Resultados	Orçamento 2ºT2024 (1)	Execução 2ºT2024 (2)	Execução 2ºT2023 (3)	Desvio (2)-(1)	Δ 2024/2023 %
Rendimentos	147 866 410,70	45 932 363,07	35 099 252,26	-101 934 047,63	30,9%
Prestações de serviços	49 317 185,17	43 588 896,26	32 212 594,79	-5 728 288,91	35,3%
Trans. correntes e subs. à exploração obtidos	84 898 804,00	36 098,55	200 276,56	-84 862 705,45	-82,0%
Imparidades de dívidas a receber		500,00		500,00	
Outros rendimentos e ganhos	13 650 421,53	2 306 868,26	2 686 380,91	-11 343 553,27	-14,1%
Gastos	136 654 854,07	42 464 713,55	33 088 119,94	-94 190 140,52	28,3%
Fornecimentos e serviços externos	128 396 589,78	35 491 433,49	26 353 752,22	-92 905 156,29	34,7%
Gastos com pessoal	8 248 886,29	6 716 763,32	5 650 863,21	-1 532 122,97	18,9%
Outros gastos e perdas	9 378,00	256 516,74	1 083 504,51	247 138,74	-76,3%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	11 211 556,63	3 467 649,52	2 011 132,32	-7 743 907,11	72,4%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	13 616 004,78	2 263 307,64	1 775 922,07	-11 352 697,14	27,4%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-2 404 448,15	1 204 341,88	235 210,25	3 608 790,03	412,0%
Juros e rendimentos similares obtidos		5 293,75	2 656,25	5 293,75	99,3%
Juros e gastos similares suportados		5 538,07	363,13	5 538,07	1425,1%
Resultado antes de impostos	-2 404 448,15	1 204 097,56	237 503,37	3 608 545,71	407,0%
Imposto sobre o rendimento					
Resultado líquido do período	-2 404 448,15	1 204 097,56	237 503,37	3 608 545,71	407,0%

Como se constata, no final do segundo trimestre de 2024, o resultado líquido da SPMS foi de 1.204.097,56 €, o que representa um resultado muito mais favorável comparativamente com o prejuízo estimado de 2.404.448,15€, sendo referido pela empresa nas “Notas sintéticas às Demonstrações Financeiras” que “o resultado líquido sofreu um aumento face ao período homólogo, embora tenha existido variação positiva/negativa em todas rubricas.”

Este resultado decorreu essencialmente da execução da rubrica fornecimentos e serviços externos ter sido apenas de 27,6% do orçamentado, em resultado, sobretudo, da baixa execução da despesa no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência e do Contrato Programa celebrado com a ACSS, o que mais que compensou o desvio face ao orçamentado da rubrica transferências correntes e subsídios à exploração obtidos cujo valor executado não chegou a representar 0,05% do orçamentado.

Já o resultado operacional ficou bastante aquém do orçamentado em 69%. O comportamento diferenciado na evolução destes dois indicadores resulta do valor das depreciações e amortizações, o qual apesar de registar um aumento de 27,4% face ao período homólogo devido aos investimentos realizados em 2022 e 2023, foi apenas de cerca de 16,6% do orçamentado.



CONSELHO FISCAL

Assim, face ao período homólogo de 2023, verifica-se um incremento significativo do resultado líquido em 407% e do resultado operacional em 35,8%.

Neste contexto, importa realçar o seguinte:

a) Os rendimentos e ganhos

Face ao período análogo de 2023, os rendimentos tiveram um incremento global de 30,9%, com um aumento significativo de cerca de 35,3% na prestação de serviços que mais que compensou a evolução negativa das rubricas transferências correntes e subsídios à exploração (82%) e outros rendimentos e ganhos (14,1%), verificando-se, porém, um desvio global negativo dos rendimentos e ganhos de 69% face ao valor orçamentado.

b) Os gastos e perdas

Quanto aos gastos, no período em apreço verificou-se um acréscimo global de 28,3% nos gastos suportados pela sociedade face ao valor registado no período análogo do ano anterior, situação que resultou do aumento com fornecimentos e serviços externos (34,7%), gastos com pessoal (18,9%) o qual não foi compensado pela redução de outros gastos e perdas (76,3%), verificando-se também um desvio global negativo nos gastos de 69% face ao orçamentado.

4. ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DOS GASTOS OPERACIONAIS (artigo 133.º do DLEO)

Nos termos do n.º 1 do artigo 134.º do DLEO de 2024, o rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios excluídos os impactos decorrentes do cumprimento de imposições legais, devidamente fundamentados, deve ser igual ou inferior ao verificado em 2023, sem prejuízo, designadamente, de:

- a) *Os gastos operacionais devem ser iguais ou inferiores ao valor registado em 2023, sendo que para o efeito dos gastos com pessoal devem ser excluídos os relativos aos órgãos sociais, corrigidos dos impactos do cumprimento de disposições legais, de orientações expressas do acionista Estado, em matéria de concretização do acordo de médio prazo para a melhoria dos rendimentos, dos salários e da competitividade, celebrado a 9 de outubro de 2022, das valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias, nos termos do disposto na Lei do Orçamento do Estado, bem como do efeito do absentismo e de indemnizações por rescisão contratual, salvo quando se tratar de rescisões por mútuo acordo, cf. n.º 4 do referido artigo;*
- b) *O acréscimo dos gastos operacionais corrigidos da taxa de inflação sem habitação apurada pelo Instituto Nacional de Estatística, I. P., relativa ao ano transato, referidos no número anterior apenas pode ocorrer em situações excecionais e devidamente identificadas, quantificadas e fundamentadas, sustentadas em análise custo-benefício, e na evidência de recuperação a médio prazo, ou se acompanhado por um aumento de, pelo menos, igual proporção do volume de negócios, mediante autorização do membro do Governo responsável pela área das finanças, em sede de apreciação do plano de atividades e orçamento da empresa.*



CONSELHO FISCAL

No que concerne ao rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios, verifica-se que o mesmo teve uma evolução positiva passando de 99% no segundo trimestre de 2023 para 97% no segundo trimestre de 2024, decorrente do aumento no volume de negócios ser superior ao crescimento dos gastos operacionais.

Sem prejuízo da redução do peso dos gastos operacionais no volume de negócios, verifica-se um aumento generalizado das suas várias componentes, com exceção dos gastos com comunicações (que registaram uma redução de 19%), associando a sociedade estas variações ao acréscimo do volume de negócios. Assim:

- Os encargos com o pessoal verificaram um aumento de 19%;
- O agregado gastos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, sofreu um aumento face ao período análogo de 2023 no montante de 20.858,48€, o que representa num acréscimo de 48%;
- A variação dos gastos associados à frota automóvel entre os mesmos períodos foi positiva de 1.176,17€, traduzindo um aumento de 5%;
- Nos gastos com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria verifica-se um aumento de 102.535,05€ face ao período análogo de 2023, o que se traduz num acréscimo de 195%.

5. OUTROS ASPETOS

5.1. Evolução da dívida e dos pagamentos em atraso

No período em apreço verifica-se um aumento na ordem dos 14,17% da dívida total da sociedade face ao período análogo de 2023, o qual de acordo com a empresa, decorreu da atividade da SPMS.

No final do 2º trimestre de 2024 a dívida da SPMS ascendia ao montante de 10.232.020,67€, do qual 51,92% era referente a dívidas perante fornecedores conta corrente e 8,35% correspondia a dívidas perante fornecedores de imobilizado.

A dívida vencida representa 48,08% da dívida total da SPMS e teve um acréscimo na ordem dos 21,02% face ao período homólogo de 2023. No entanto, a empresa não apresenta dívida vencida com mais de 90 dias.

De acordo com a informação prestada pela SPMS cerca de 69,73% da dívida no final do 2.º Trimestre de 2024 é perante 3 fornecedores, Timestamp - Sistemas de Informação, S.A., MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, SA e CAPGEMINI Portugal, SA.

O prazo médio de pagamentos ponderado fixou-se nos 19,91 dias, o que representa uma ligeira melhoria face aos 20,01 dias no período análogo de 2023.



SPMS_{EPE}

Serviços Partilhados do Ministério da Saúde

CONSELHO FISCAL

5.2. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

As disponibilidades e aplicações financeiras da SPMS encontram-se na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E., dando assim cumprimento ao princípio da Unidade de Tesouraria do Estado.

6. CONCLUSÃO

Em face do exposto e tendo presente o Relatório do Revisor Oficial de Contas, o Conselho Fiscal salienta que as demonstrações financeiras da SPMS referentes ao 2º trimestre de 2024 evidenciam de forma verdadeira e apropriada a situação financeira da sociedade, com um resultado líquido no final de junho de 2024 no valor de 1.204.097,56 euros, situando-se o EBITDA em 3.467.649,52 euros.

Lisboa, 7 de outubro de 2024

O CONSELHO FISCAL

Assinado por: **A Presidente**
Luísa Maria Teixeira Pisco
Num. de Identificação: 06619984
Data: 2024.10.07 18:10:37+01'00'



O Vogal

SPMS – SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, E.P.E.
RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS
RELATIVO AO 2º TRIMESTRE DE 2024

0. NOTA DE ENQUADRAMENTO

Para efeitos do disposto na alínea e) do n.º 3 do art.º 15.º dos Estatutos da **SPMS – SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, E.P.E.**, (a Entidade), publicados em anexo ao Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de março, na redação que lhe foi dada pelo art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 75/2020, de 25 de setembro, e de acordo com a solicitação que nos foi formulada nesse sentido pelo Conselho Fiscal, cumpre-nos proceder a uma revisão limitada das demonstrações financeiras integradas nos relatórios trimestrais e no Plano de Atividades e Orçamento, elaborados e apresentados pelo Conselho de Administração.

Para o efeito, e tendo por referência o Relatório Trimestral de Execução Orçamental relativo ao 2.º Trimestre de 2024, elaborado sob a égide do Conselho de Administração, cumpre-nos apresentar no presente relatório o resultado do trabalho realizado referido no parágrafo anterior.

Contudo, e considerando que o presente trabalho se destina igualmente a apoiar o Conselho Fiscal no exercício das suas competências, designadamente no que se refere à elaboração de relatórios trimestrais, procedemos igualmente a uma análise da execução orçamental no trimestre e da evolução dos principais agregados das demonstrações financeiras, pelo que o presente relatório é mais abrangente do que o previsto no Guia de Aplicação Técnica n.º 2, relativo a Revisão Limitada de Demonstrações Financeiras.

1. INTRODUÇÃO

Efetuámos uma revisão limitada das demonstrações financeiras integrantes do Relatório Trimestral de Execução Orçamental relativo ao 2.º Trimestre de 2024, da **SPMS – SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, E.P.E.**, que compreendem o balanço em 30 de junho de 2024, que evidencia um total de 109.102.636 euros e um total de património líquido de 61.393.934 euros, incluindo um resultado líquido de 1.204.098 euros, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e as notas sintéticas anexas às demonstrações financeiras, que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

2. RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO

É da responsabilidade do Órgão de Gestão a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas e pela criação e manutenção de um sistema e controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro.

3. RESPONSABILIDADES DO AUDITOR

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma conclusão sobre as demonstrações financeiras anexas. O nosso trabalho foi efetuado de acordo com as normas internacionais de revisão limitada de demonstrações financeiras e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estas normas exigem que o nosso trabalho seja conduzido de forma a concluir se algo chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras, como um todo, não estão preparadas em todos os aspetos materiais de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Uma revisão limitada de demonstrações financeiras é um trabalho de garantia limitada de fiabilidade. Os procedimentos que efetuámos consistem fundamentalmente em indagações e procedimentos analíticos e consequente avaliação da prova obtida.

Os procedimentos efetuados numa revisão limitada são significativamente mais reduzidos do que os procedimentos efetuados numa auditoria executada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). Consequentemente, não expressamos uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

4. CONCLUSÃO

Com base no trabalho realizado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que as demonstrações financeiras anexas não apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **SPMS – SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, E.P.E.**, em 30 de junho de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa, relativos ao trimestre findo naquela data, de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

5. ENFASES

A opinião expressa no ponto anterior tem em consideração que estamos perante demonstrações financeiras trimestrais, as quais não envolvem a realização, com o mesmo nível de profundidade e detalhe, das operações normais de encerramento de contas, designadamente no que se refere a movimentos de especialização, sobretudo relacionados com gastos referentes a fornecimentos e serviços de terceiros, bem como ao reconhecimento dos rendimentos associados ao contrato programa, que estão a ser reconhecidos numa base de duodécimos. Este reconhecimento não tem igualmente em consideração o nível de execução real deste contrato. Deste modo, a conclusão expressa deve ser entendida neste enquadramento.

6. APRECIÇÃO DE OUTRAS MATÉRIAS

6.1. Análise da Execução Orçamental

No final do 2.º trimestre de 2024 a receita cobrada líquida ascendeu a 42.065.744 euros e a despesa total paga ascendeu a 34.090.176 euros, conforme detalhe evidenciado no já referido “Relatório Trimestral de Execução Orçamental”. Face ao trabalho desenvolvido, e atendendo às variações ocorridas, justificam-se os seguintes comentários relativamente aos principais agregados:

6.1.1. Receita

A Receita cobrada líquida apurada no final do 2.º trimestre de 2024 não engloba o saldo transitado do ano anterior, no montante de 12.218.842 euros, que representaria 22,5% do total da receita cobrada líquida apurada no semestre. Com este efeito, a receita cobrada no semestre ascenderia a 54.284.686 euros.

O quadro seguinte detalha a origem desta receita, em termos comparativos com o realizado no período homólogo de 2023:

Código e Designação Fonte Financiamento	Receita Corrigida		Receita cobrada líquida 2ºT 2024		Receita cobrada líquida 2ºT 2023		Variação 2024/2023		% Execução receita Corrigida
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
319 Tr. correntes ACSSE OE - Manutenção Sistemas em Contínuo	46 838 719	10,5%	23 419 359	43,1%	12 000 000	31,6%	11 419 359	95,2%	50,0%
319 Transferências correntes ACSSE CC - SNS24	21 360 000	4,8%	133 486	0,2%	176 750	0,5%	-43 264	-24,5%	0,6%
319 Transferências correntes ACSSE - CCMSNS	2 376 030	0,5%	454 472	0,8%	756 483	2,0%	-302 011	-39,9%	19,1%
319 Microsoft (Sentença judicial)	-	-	-	0,0%	4 000 000	10,5%	-4 000 000	-100,0%	-
319 Reposições não abatidas aos pagamentos	651	0,0%	650	44,2%	19 122	0,1%	-18 472	-96,6%	-
319 Transferências de RI entre organismos	70 575 400	15,9%	24 007 968	44,2%	16 952 355	44,6%	7 055 613	41,6%	34,0%
411 Rec.próprias - FEDER - Intervenções e ações específicas	117 384	0,0%	-	-	12 079	0,0%	-12 079	-100,0%	-
411 FEDER - competitividade e internacionalização	117 384	0,0%	-	-	12 079	0,0%	-12 079	-100,0%	-
441 Rec. próprias - Fundo Soc. Europeu	78 647	0,0%	-	-	120 916	0,3%	-120 916	-100,0%	-
441 Fundo Social Europeu - Competitividade e Internacionalização	78 647	0,0%	-	-	120 916	0,3%	-120 916	-100,0%	-
482 Projetos diretamente financiados pela EU	2 105 204	0,5%	36 099	0,1%	27 081	0,1%	9 018	33,3%	1,7%
482 Outros e saldos de FE/ Outros	2 105 204	0,5%	36 099	0,1%	27 081	0,1%	9 018	33,3%	1,7%
483 Projetos diretamente financiados pela EU	273 436 957	61,5%	13 999 617	25,8%	10 139 604	26,7%	3 860 013	38,1%	5,1%
483 Plano de Recuperação e Resiliência - Subvenções	273 436 957	61,5%	13 999 617	25,8%	10 139 604	26,7%	3 860 013	38,1%	5,1%
484 Projetos diretamente financiados pela EU	62 900 845	14,1%	3 219 912	5,9%	-	-	3 219 912	-	5,1%
484 Plano de Recuperação e Resiliência - Subvenções - IVA	62 900 845	14,1%	3 219 912	5,9%	-	-	3 219 912	-	5,1%
511 Contrato-Programa com a ACSSE - Projetos em Desenvolvimento	31 098 407	7,0%	98 406	0,2%	7 470 019	19,6%	-7 371 613	-98,7%	0,3%
511 Receita própria do ano - Com origem em RG provenientes do OE	31 098 407	7,0%	98 406	0,2%	7 470 019	19,6%	-7 371 613	-98,7%	0,3%
541 Projetos diretamente financiados pela EU	24 000	0,0%	-	-	40 200	0,1%	-40 200	-100%	-
541 Transferências de Receita Própria entre Organismos	24 000	0,0%	-	-	40 200	0,1%	-40 200	-100%	-
513 Faturação - SNS	860 000	0,2%	113 832	0,2%	173 112	0,5%	-59 280	-34,2%	13,2%
513 Faturação - Outras Entidades	3 513 334	0,8%	584 618	1,1%	558 588	1,5%	26 030	4,7%	16,6%
513 Venda de bens de investimentos	5 294	0,0%	5 294	0,0%	2 656	0,0%	2 638	99,3%	100,0%
513 Receita própria do ano - Com Outras Origens	4 378 628	1,0%	703 743	1,3%	734 356	1,9%	-30 613	-4,2%	16,1%
Subtotal	444 715 471	100,0%	42 065 744	77,5%	35 496 610	93%	6 569 134	18,5%	9,5%
Saldo de gerência anterior	-	-	12 218 942	22,5%	2 535 178	6,7%	9 683 764	382,0%	-
Total Geral	444 715 471	100%	54 284 686	100%	38 031 788	100%	16 252 898	42,7%	12,2%

De salientar, conforme já referido, que no apuramento deste montante global de receita foi considerado o montante de saldo transitado do ano anterior, no valor 12.218.942 euros.

Comparativamente ao período homólogo, expurgando o efeito do saldo de gerência, o aumento ocorrido de 6.569.134 euros é essencialmente justificado por um aumento das transferências provenientes da ACSS, relacionadas com a manutenção dos sistemas em contínuo (mais 11.419.359 euros), bem como das transferências ocorridas no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), cujo aumento global ascendeu a 7.079.925 euros.

Em sentido contrário, verificou-se uma quebra de 7.371.613 euros nas transferências da ACSS relacionadas com projetos de desenvolvimento associados ao Contrato-Programa, estando a variação ainda influenciada pelos quatro milhões de euros reconhecidos como receita em 2023, que foram afetos ao pagamento à Microsoft decorrente do processo judicial que se vinha arrastando nos últimos anos.

No final do segundo trimestre, a receita apresenta um reduzido nível de execução, o qual ascendeu a apenas 9,5% da receita orçamentada, sem o efeito do saldo de gerência. Este efeito é justificado sobretudo pela reduzida execução do programa de investimentos financiado por verbas provenientes de fundos europeus e do PRR.

6.1.2. Despesa

A Despesa total paga ascende, no final do 2.º trimestre de 2024, ao montante de 34.090.176 euros, conforme se evidencia no quadro seguinte:

Rubrica	Orçamento Corrigido Ano 2024	Cativação 2024	Orçamento Disponível Ano 2024		Despesa paga 2ºT2024		Despesa paga 2ºT2023		Variação 2024/2023		% Execução Despesa	
			Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Orç. Corr.	Orç. Dispon.
01.01 Remunerações Certas e Permanentes	12 943 639	-	12 943 639	100%	5 370 603	15,8%	5 101 065	21,3%	269 538	5,3%	41,5%	41,5%
01.02 Remunerações Variáveis	752 119	-	752 119	100%	654 481	1,9%	131 949	0,6%	522 532	396,0%	87,0%	87,0%
01.03 Segurança Social	2 802 015	-	2 802 015	100%	1 540 070	4,5%	1 068 418	4,5%	471 652	44,1%	55,0%	55,0%
01 Despesa com pessoal	16 497 773	-	16 497 773	100%	7 565 155	22,2%	6 301 433	26,3%	1 263 722	20,1%	45,9%	45,9%
02.01 Aquisição de Bens	1 111 280	-	1 111 280	100%	185 702	0,5%	305 098	1,3%	-119 396	-39,1%	16,7%	16,7%
02.02 Aquisição de Serviços	307 844 783	-	307 844 783	100%	15 564 560	45,7%	14 338 656	60,0%	1 225 904	8,5%	5,1%	5,1%
02 Aquisição de bens e serviços	308 956 063	-	308 956 063	100%	15 750 262	46,2%	14 643 754	61,2%	1 106 508	7,6%	5,1%	5,1%
03.05 Outros Juros	5 600	-	5 600	100,0%	5 538	0,0%	363	0,0%	5 175	1 425,1%	98,9%	98,9%
03 Juros	5 600	-	5 600	100,0%	5 538	0,0%	363	0,0%	5 175	1 425,1%	98,9%	98,9%
06.02 Diversas	1 272 139	884 333	387 806	30,5%	287 726	0,8%	1 505 665	6,3%	-1 217 939	-80,9%	22,6%	74,2%
06 Outras despesas correntes	1 272 139	884 333	387 806	30,5%	287 726	0,8%	1 505 665	6,3%	-1 217 939	-80,9%	22,6%	74,2%
Despesas correntes	326 731 575	884 333	325 847 242	99,7%	23 608 680	69%	22 451 215	93,9%	1 157 466	5,2%	7,2%	7,2%
07.01 Investimentos	117 983 896	-	117 983 896	100%	10 481 496	30,7%	1 465 860	6,1%	9 015 636	615%	8,9%	8,9%
07 Aquisição de bens de capital	117 983 896	-	117 983 896	100%	10 481 496	30,7%	1 465 860	6,1%	9 015 636	615%	8,9%	8,9%
Despesas de capital	117 983 896	-	117 983 896	100%	10 481 496	30,7%	1 465 860	6,1%	9 015 636	615%	8,9%	8,9%
Total Geral	444 715 472	884 333	443 831 139	99,8%	34 090 176	100%	23 917 075	100%	10 173 101	42,5%	7,7%	7,7%

Face a esta realidade importa destacar o seguinte:

- Comparativamente com os montantes orçamentados anuais disponíveis (líquidos de cativos), o nível de execução da despesa revelou-se modesto, cifrando-se em apenas 7,7%, e ligeiramente inferior à receita executada. Esta baixa execução na despesa é justificada sobretudo pela não concretização dos valores orçamentados na rubrica de bens e serviços, o que reflete os atrasos existentes na concretização do plano de investimentos que foi previsto em sede de orçamento e que, naturalmente, gera um efeito idêntico ao nível da receita;
- O peso dos gastos com recursos humanos representa 22,2% da despesa paga no 2º trimestre de 2024, sendo a componente de despesa cujo grau de realização se encontra mais em linha com o orçamento. Contudo, importa salientar que, relativamente à componente de remunerações variáveis, o nível de execução já representa 87% do orçamento total anual;
- A despesa com aquisição de bens e serviços ascendeu a 15.750.262 euros. Embora tal represente 46,2% do total da despesa paga nos seis primeiros meses do ano, a mesma reflete um grau de execução do orçamento anual de apenas 5,1%, confirmando o que acima referimos;
- Em sintonia com este baixo nível de realização, também a aquisição de bens de capital evidencia um baixo nível de realização, de apenas 8,9%, não obstante representar a segundo componente de despesa realizada mais relevante, no montante de 10.481.496 euros;
- Em termos globais, a despesa ocorrida no 2.º trimestre, embora refletindo um aumento de 42,5% face ao período homólogo de 2023, reflete no entanto um reduzido nível de realização, quando comparada com os valores orçamentados, comprometendo de forma significativa o ambicioso programa de projetos de desenvolvimento que foram contemplados em termos de orçamento.

6.2. Análise da Situação Contabilística ao nível do Balanço

O Balanço reportado a 30JUN24, bem como a respetiva evolução face a 31DEZ2023, consta do Anexo 1 e foi preparado a partir dos registos contabilísticos da SPMS.

Face ao trabalho desenvolvido, e atendendo às variações ocorridas, justificam-se os comentários relativamente aos principais agregados do balanço, que são formulados nos pontos seguintes:

- Relativamente à rubrica de Ativos Fixos Tangíveis, o saldo no final do segundo trimestre ascende a 16.087.475 euros, refletindo um aumento de 106,9% relativamente ao final do exercício anterior, decorrente essencialmente de novos investimentos efetuados no exercício que ascenderam a 9.912.152 euros, atenuado pelo efeito do reconhecimento das depreciações do período, no montante de 1.560.013 euros. Ocorreram ainda abates de bens, no valor de 40.905 euros.

- Os Ativos Intangíveis, apresentavam um valor líquido no montante de 29.221.252 euros, sendo a rubrica mais expressiva do ativo, representando 26,8% do total do Ativo. A variação do semestre respeita o reconhecimento de 9.805.953 euros associado sobretudo ao desenvolvimento de aplicações, tendo sido reconhecidos 662.390 euros relativos a depreciações do período.
- A rubrica de Clientes apresenta, a 30JUN2024, um saldo de 6.647.713 euros, mantendo grande estabilidade face a 31DEZ2023. A entidade com saldo em dívida mais expressivo no final do semestre continua a ser a ACSS, representando cerca de 98% do total do saldo a receber, mantendo-se este saldo inalterado face a 31DEZ2023;
- A rubrica de Outras Contas a Receber apresenta a 30JUN2024, um saldo de 23.018.301 euros, representando cerca de 21,1% do total do Ativo. No primeiro semestre verificou-se um aumento de 19.043.467 euros face a 31DEZ2023. Esta variação resulta essencialmente dos valores a faturar relativos ao centro de contacto do SNS24 (cerca de 13 milhões de euros) e do Contrato Programa com a ACSS (cerca de 9,5 milhões de euros), relativo aos serviços prestados no decorrer dos primeiros seis meses do ano;
- A rubrica de Caixa e Depósitos, no final do primeiro semestre, ascende a 28.639.283 euros, representando cerca de 26,2% do total do Ativo. Este saldo reflete ainda parte do valor recebido do PRR em 2021 e 2023 e relativamente ao qual ainda não foi executada despesa. A totalidade deste saldo encontra-se depositado no IGCP - Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, cumprindo assim com o princípio de unidade de tesouraria;
- A rubrica de Património Líquido, a 30JUN2024, apresenta um saldo no montante de 61.393.934 euros, incluindo um resultado líquido de 1.204.098 euros, representando um decréscimo de 1,5% relativamente a 31DEZ2023. A variação ocorrida provém da diminuição verificada na rubrica de “Outras Variações no Património Líquido” (2,1M euros), decorrente do reconhecimento dos rendimentos inerentes ao PRR e ao PRESI, balanceando assim as correspondentes depreciações, bem como da aplicação do resultado líquido positivo apurado em 31DEZ2023, com a consequente transferência para as rubricas de “Reservas” e de “Resultados Transitados”, nos montantes de 3.010.078 euros e 4.540.313 euros, respetivamente.
- O total do Passivo, no montante de 47.708.703 euros, evidenciado no final do semestre, reflete um aumento expressivo de 28.055.995 euros (142,8%) relativamente ao final do exercício anterior, sendo esta variação justificada pelo aumento significativo, das rubricas “Fornecedores” (10,1 milhões de euros) e de Outras Contas a Pagar (18 milhões de euros).

- As rubricas de Fornecedores, C/C e Imobilizado, ascenderam, no final do semestre, a um total de 10.232.021 euros, no qual se destacam as dez entidades credoras que mais contribuem para este saldo:

Fornecedores c/c e Imobilizado	Saldo 30jun2024	Peso (%)
Timestamp - Sistemas de Informação, S.A.	4 254 416	42%
MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, SA	1 968 379	19%
CAPGEMINI PORTUGAL, SA	911 823	9%
BRAVANTIC	627 996	6%
Basedois, Lda	497 606	5%
AXIANSEU II Digital, S.A.	395 727	4%
Outsystems Software em rede, S.A.	314 880	3%
NOS Comunicações, SA	202 779	2%
IGNÍT PEOPLE, S.A	165 113	2%
LAYER8 - Shield Domain, S.A.	126 198	1%
Total	9 464 917	93%

- Na rubrica de Outras Contas a Pagar, é apresentado para o final do 1.º semestre de 2024 um saldo no montante de 25.749.004 euros, cujo aumento expressivo é justificado sobretudo com gastos ocorridos, mas cujas faturas não tinham sido recebidas até ao final do semestre, relacionados sobretudo com o Centro de Contacto SNS24 (cerca de 10,5 milhões de euros) e com a execução do Contrato-Programa com a ACSS (cerca de 6,7 milhões de euros).

6.3. Evolução dos Resultados do Período face ao Orçamento

Apresentamos no mapa constante do Anexo 2, os principais agregados de rendimentos e gastos reconhecidos no final do primeiro semestre de 2024. Adicionalmente, para efeitos de análise da execução orçamental do período, considerou-se igualmente, na coluna de orçamento, os valores constantes no PAO 2024, assumindo uma repartição linear mensal das previsões constantes de cada rubrica deste Plano.

Conforme se evidencia neste Anexo 2, o desempenho no final do primeiro semestre, foi favorável, comparativamente aos montantes orçamentados, bem como ao período homólogo, embora não tenha sido possível manter o mesmo nível de desempenho registado no primeiro trimestre do ano.

Com efeito, no final do semestre em análise, foi apurado um resultado líquido positivo de 1.204.098 euros, sendo favorável face ao prejuízo estimado para o semestre, que ascendia a 2.404.4483 euros. A justificação para esta evolução está relacionada sobretudo com a poupança verificada na rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos (FSE), cujo montante ascendeu a 35.491.433 euros, representando uma execução de apenas 27,6% face ao orçamentado, bem como de Gastos com amortizações, que também ficam abaixo do orçamentado (-83%).

Na componente dos gastos, o desvio verificado na rubrica de FSE face ao valor orçamentado (-92.905.156 euros) é justificado sobretudo pela baixa execução de despesa no âmbito do PRR e relativo ao Contrato Programa celebrado com a ACSS.

No que concerne à rubrica de gastos com pessoal, a mesma ascendeu a 6.716.763 euros, apresentando uma diminuição de 1.532.123 euros face ao montante previsto em orçamento, considerando uma repartição linear desta natureza de gastos.

O total de gastos do primeiro semestre de 2024 ascende assim a 44.733.559 euros, apresentando uma execução de 29,8% face ao orçamentado.

O total de rendimentos ascende a 45.937.657 euros, apresentando uma execução de 31,1% face os montantes orçamentados. Esta menor execução é justificada pelo desvio negativo verificado em todas as rubricas de rendimentos, nomeadamente em Vendas e Serviços Prestados (-5.728.289 euros), nas Transferências Correntes e Subsídios Obtidos (-84.862.705 euros) e nos outros rendimentos e ganhos (-11.343.553 euros).

6. NOTA FINAL

Finalmente, manifesta-se o nosso agradecimento aos responsáveis da SPMS com quem contactámos ao longo do nosso trabalho, destacando-se a postura colaborante e pró-ativa do respetivo Conselho de Administração, bem como do responsável pela área financeira, os quais têm sido essenciais para a realização das nossas funções.

Lisboa, 26 de agosto de 2024

O Revisor Oficial de Contas

VITOR ALMEIDA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por:

Assinado por: **VÍTOR MANUEL BATISTA DE ALMEIDA**
Num. de Identificação: 04886686
Data: 2024.08.26 09:44:36+01'00'

Vitor Manuel Batista de Almeida

(Inscrito na OROC sob o n.º 691 e na lista de auditores da CMVM sob o n.º 20160331)

ANEXO 1

Balanço

em 30 de junho 2024 e em 31 de dezembro de 2023

Valores em euros

BALANÇO	31JUN2024	31DEZ2023	Var Real 30JUN24 - 31DEZ23	
			Valor	%
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	16 087 475	7 776 241	8 311 234	106,9%
Ativos intangíveis	29 221 252	20 077 688	9 143 564	45,5%
Diferimentos	1 704 033	1 805 263	-101 230	-5,6%
Subtotal	47 012 760	29 659 192	17 353 568	58,5%
Ativo corrente				
Inventários			0	#DIV/0!
Clientes, contribuintes e utentes	6 647 713	6 661 433	-13 721	-0,2%
Adiantamentos a Fornecedores		0	0	#DIV/0!
Estado e outros entes públicos	1 193 738	421 827	771 911	183,0%
Outras contas a receber	23 018 301	3 974 834	19 043 467	479,1%
Diferimentos	2 590 843	2 880 789	-289 947	-10,1%
Caixa e depósitos bancários	28 639 283	38 355 753	-9 716 470	-25,3%
Subtotal	62 089 877	52 294 636	9 795 240	18,7%
Total do Ativo	109 102 636	81 953 828	27 148 808	33,1%
PATRIMÓNIO LIQUIDO				
Património/Capital	26 260 689	26 260 689	0	0,0%
Reservas	14 167 642	11 157 563	3 010 078	27,0%
Resultados transitados	-29 546 482	-34 086 795	4 540 313	-13,3%
Outras variações no património líquido	49 307 987	51 419 272	-2 111 284	-4,1%
	60 189 836	54 750 729	5 439 108	9,9%
Resultado líquido do período	1 204 098	7 550 392	-6 346 294	-84,1%
Total Património Líquido	61 393 934	62 301 120	-907 187	-1,5%
PASSIVO				
Passivo não corrente				
Provisões	1 935 819	1 935 819	0	0,0%
Subtotal	1 935 819	1 935 819	0	0,0%
Passivo corrente				
Fornecedores	9 377 158	61 635	9 315 522	15113,9%
Estado e outros entes públicos	3 787 465	3 970 195	-182 730	-4,6%
Fornecedores de investimentos	854 863	67 426	787 437	1167,9%
Outras contas a pagar	25 749 004	7 676 884	18 072 120	235,4%
Diferimentos	6 004 395	5 940 749	63 646	1,1%
Subtotal	45 772 884	17 716 889	28 055 995	158,4%
Total do Passivo	47 708 703	19 652 708	28 055 995	142,8%
Total Património Líquido e Passivo	109 102 636	81 953 828	27 148 808	33,1%

ANEXO 2

Demonstrações de Resultados por Naturezas para o exercício findo em 30 de junho de 2024

Valores em euros

DEMONSTRAÇÃO de Resultados	Real 30JUN24	Real 30JUN23	Orçamento 30JUN24	Var Real 30JUN24 - 30JUN23		Var Real 30JUN24 - Orç 30JUN24	
				Valor	%	Valor	%
Prestação de Serviços	43 588 896	32 212 595	49 317 185	11 376 301	35,3%	-5 728 289	-11,6%
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	36 099	200 277	84 898 804	-164 178	-82,0%	-84 862 705	-100,0%
Fornecimentos e serviços externos	-35 491 433	-26 353 752	-128 396 590	-9 137 681	34,7%	92 905 156	-72,4%
Gastos com o pessoal	-6 716 763	-5 650 863	-8 248 886	-1 065 900	18,9%	1 532 123	-18,6%
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	500	0	0	500	0,0%	500	0,0%
Provisões	0	0	0	0	0,0%	0	0,0%
Outros rendimentos e ganhos	2 306 868	2 686 381	13 650 422	-379 513	-14,1%	-11 343 553	-83,1%
Outros gastos e perdas	-256 517	-1 083 505	-9 378	826 988	-76,3%	-247 139	2635,3%
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	3 467 650	2 011 132	11 211 557	1 456 517	72,4%	-7 743 907	-69,1%
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	-2 263 308	-1 775 922	-13 616 005	-487 386	27,4%	11 352 697	-83,4%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	1 204 342	235 210	-2 404 448	969 132	412,0%	3 608 790	-150,1%
Juros e rendimentos similares obtidos	5 294	2 656	0	2 638	99,3%	5 294	0,0%
Juros e gastos similares suportados	-5 538	-363	0	-5 175	1425,1%	-5 538	0,0%
Resultado antes de impostos	1 204 098	237 503	-2 404 448	966 594	407,0%	3 608 546	-150,1%
Imposto sobre o rendimento do período	0,0	0,0		0,0	0,0%	0,0	0,0%
Resultado líquido do período	1 204 098	237 503	-2 404 448	966 594	407,0%	3 608 546	-150,1%
Resultado Líquido	1 204 098	237 503	-2 404 448	966 594	407,0%	3 608 546	-150,1%